



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2007. (Autora: Deputada Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a participação de funcionários de fundações ligadas a universidades públicas em suspeitas de fraudes em concursos públicos e exames da OAB.

Senhor Presidente,

Nos últimos tempos temos sido surpreendidos com uma avalanche de notícias que dão conta de constantes suspeições que pairam sobre concursos públicos agendados, que são suspensos sob a alegação de houve vazamentos do teor das provas e outras denúncias de fraudes.

O último cancelamento noticiado foi do esperado concurso para a Polícia Rodoviária Federal. A prova da OAB do estado de São Paulo e do concurso para cargos de técnico e analista judiciais do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro também foram suspensas pelos mesmos motivos. Exames da OAB de Goiás e do Distrito Federal estão sendo investigados pela Polícia Federal em função de denúncias de fraudes que envolvem até mesmo conselheiros da entidade.

O fato comum que une todos esses concursos é a responsabilidade de fundações mantidas por universidades públicas na elaboração e na aplicação das provas suspensas e dos exames investigados.

As provas do concurso da Polícia Rodoviária Federal e do concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram elaboradas e seriam aplicadas pelo Núcleo de

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NCE/UFRJ. As provas da primeira fase do exame da OAB/SP foram elaboradas e seriam aplicadas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – Vunesp.

Em Brasília, a prova de seleção para a residência médica nos hospitais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal estão sendo questionadas na Justiça sob a alegação de que elas teriam beneficiados alunos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – Fepecs, mantida pelo governo local.

A Polícia Civil do Distrito Federal afirma ter provas de que pelo menos 12 concursos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – Cespe, mantido pela Universidade de Brasília, foram fraudados nos últimos nove anos, entre eles o exame da OAB/GO e o concurso para Agente Penitenciário do Distrito Federal.

Independente do fato de haver investigações em curso para apurar as denúncias de fraudes e punir os eventuais culpados, cabe a esta egrégia Comissão de Educação e Cultura debater esta sequência de ocorrências e analisar o objeto da competência das fundações apenas à instituições federais de ensino superior e outras na aplicação, controle e segurança na administração de concursos.

O instituto do concurso público é muito caro para o Estado nacional, assim como a confiabilidade das nossas instituições universitárias. Por esta razão, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a discutir as suspeitas de fraudes que envolvem funcionários de fundações ligadas a instituições públicas de ensino superior e que têm ocasionado a suspensão de concursos públicos e exames da OAB e a investigação de outros já realizados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Requeiro ainda que sejam convidados para participar desta audiência pública as seguintes autoridades:

1. Dr. Ronaldo Mota, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação;
2. Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;
3. Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES;
4. Dr. Cesar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
5. Ministro Walton Alencar, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Alice Portugal
Deputada Federal